



NÃO PINTCHA

ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

Direito marítimo

DEFINIDOS EM LEI OS LIMITES DA NOSSA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

O nosso governo está determinado a pôr cobro à pilhagem desenfreada de que ultimamente têm sido alvo as nossas águas, por parte de barcos de pesca dos mais diversos tipos e nacionalidades, que violam a nossa zona económica exclusiva e ameaçam seriamente o rico alfofre de alimentos que o nosso mar acolhe.

Para tanto, e além das severas punições previstas para os infractores, e que

referimos num dos últimos números do nosso jornal, entrou recentemente em vigor uma lei, decretada pela Assembleia Nacional Popular promulgada pelo Chefe de Estado, camarada Presidente Luiz Cabral, que define claramente os limites do nosso mar territorial e da nossa zona económica exclusiva.

Entre as razões que determinaram a urgência da publicação desta lei, avulta

a da necessidade de proteger a reprodução das espécies piscícolas. A plataforma continental fronteiriça à nossa costa é uma das mais ricas em peixe de toda a África. Dispondo ainda de uma frota pesqueira reduzida, não podemos realizar uma exploração plena dos nossos recursos senão, através de acordos que têm sido estabelecidos com outros países, cujos barcos estão

autorizados a pescar nas nossas águas.

Porém, o peixe nem sempre é uma riqueza inesgotável. Só o pode ser se a pesca for orientada no sentido de permitir a máxima reprodução das espécies. Caso contrário — pescando indiscriminadamente qualquer tipo de peixe em qualquer altura do seu ciclo de procriação e utilizando pro-

(Continua na página 8)

Terminada a visita ao Leste

Luiz Cabral regressa a Bissau

Terminada a visita de trabalho que vinha efectuando desde segunda-feira ao Leste do país, regressou a Bissau ao fim da tarde de anteontem o camarada Presidente Luiz Cabral. Acompanhado do Comissário de Estado da Agricultura e Pecuária, camarada Samba Lamine Mané, o Camarada Presidente visitou o Saltinho, deslocando-se em seguida a Gabú, onde foi recebido pelo Presidente do Comité de Estado, camarada da Lay Sec e outros dirigentes locais. No dia seguinte ao da sua chegada à capital da Região, o camarada Presidente visitou a granja local, onde foi cultivado cinco hectares e meio de milho basill, e se inteirou sobre o andamento dos trabalhos e o apoio que a população tem vindo a dar a esta iniciativa.

Depois do Gabú, o Presidente Luiz Cabral e comitiva visitaram o sector de

Pitche, a trinta quilómetros de Gabú, onde apreciou o projecto de multiplicação de sementes que está a ser levada a cabo. Recordamos que o mesmo projecto ocupa uma extensão de terreno de 17 hectares, e conta com a assistência técnica da França.

Ainda em Pitche, o camarada Presidente foi informado do resultado da experiência do cultivo de oito variedades de mancarra, milho, soja, milho basill, arroz algodão e milho preto.

A última etapa da visita presidencial foi Bafatá. Ali visitou as obras do futuro complexo industrial de algodão, financiado pela Comunidade Económica Europeia (CEE), no quadro da Convenção de Lomé e com a assistência técnica da França. Por outro lado, o Chefe de Estado inteirou-se do andamento das obras em curso na região.

CEDEAO

Próximo Conselho de Ministros realiza-se em Dakar

DAKAR 29 — Boubacar Ouattara, Secretário Executivo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em contar-se desde terça-feira em Dakar, no quadro de uma missão de preparação do próximo Conselho de Ministros da organização, previsto para o dia 20 de Novembro próximo.

O Secretário Executivo da CEDEAO sugeriu numa declaração feita à imprensa, que esta cimeira se realize no Senegal e anunciou que Ousmane Seck, ministro senegalês das Finanças e dos Assuntos Económicos, será presidente do Conselho dos Ministros na abertura da próxima reunião.

Quatras avistou-se durante a sua estadia em Dakar com responsáveis senegaleses, nomeadamente o ministro de Finanças e dos Assuntos Económicos e Alouane Badará Paye director-geral da Feira Internacional de Dakar, com quem discutiu a participação da CEDEAO na próxima feira que deve ter lugar de Novembro a Dezembro. — (FP)

Restituição imediata ao Estado da sede da Associação Comercial — decide Conselho dos Comissários

O Conselho dos Comissários de Estado decretou ontem que «seja imediatamente restituído à posse do Estado o edifício onde se encontra instalada a sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné», situado na Praça dos Heróis Nacionais, em Bissau, «assim como as suas pertenças, móveis e utensílios que constituem o seu recheio e que hajam sido adquiridos com meios forneci-

dos pelo Estado».

O decreto que estabelece esta medida foi aprovado na reunião ordinária de ontem do Conselho dos Comissários, presidida pelo camarada Luiz Cabral. O referido diploma entra imediatamente em vigor e determina que a Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné entregará o edifício, devoluto, no prazo de sete dias contados da

entrada em vigor do decreto. O Comissário de Estado das Finanças nomeará uma Comissão de três membros, que tomará posse do edifício mediante termo de inventário e de entrega.

Por outro lado, o Conselho dos Comissários discutiu questões relacionadas com as actividades bancárias e linhas de crédito concedidas ao país.

(Continua na página 8)

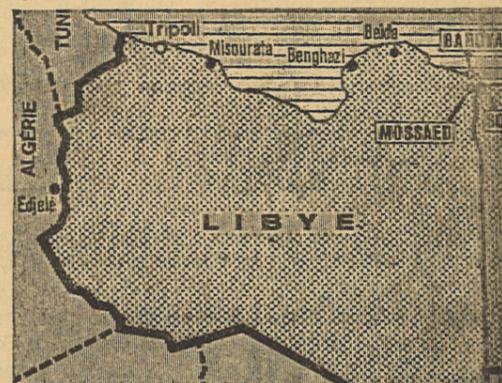
Inauguradas novas instalações da Secretaria das Pescas

● Baptizadas duas vedetas-patrolhas



Na presença do camarada Constantino Teixeira, membro da Comissão Permanente do CEL do Partido e Comissário Principal interino do Conselho de Comissários, teve anteontem lugar a cerimónia da inauguração das novas instalações da Secretaria de Estado das Pescas e do baptismo de duas vedetas-patrolha para a fiscalização da nossa zona pesqueira, que vão ficar sob a dependência do Comissariado de Segurança Nacional e Ordem Pública, actuando em estreita colaboração com a SEP. (Ver reportagem nas centrais).

1.º de Setembro 1969-1978



Nove anos da revolução que transformou a Líbia

A Jamahiriya Árabe Líbia, comemora hoje o nono aniversário da Revolução do 1.º de Setembro de 1969, quando um grupo de oficiais, chefiado pelo coronel Mouamar El-Khadhafi, derrubou o regime corrompido do rei Idriss. Nove anos durante os quais o povo líbio tem vindo a curar-se de quatro séculos de dominação estrangeira.

A Revolução iniciada a 1 de Setembro de 1969, deixou de ser uma simples tomada do poder por um grupo de jovens oficiais para ser a acção revolucionária de todo um povo empenhado na tarefa de construir um futuro de progresso para si.

Para quê estragar aquilo que nos pertence?

Camarada Director:

Ao escrever esta carta para a secção «Dos leitores» queria chamar a atenção do nosso povo e dos jovens em geral, para que cada um faça o mínimo para conservar aquilo que foi construído e feito para nós, filhos da Guiné, que sofremos 500 anos de dominação colonial e fomos despojados de tudo.

Estava no sábado passado no Hotel 24 de Setembro e na mesa ao lado, encontrava-se um grupo de jovens a beber e a fumar. Um deles, enquanto conversava distraidamente, fazia buracos na toalha de mesa com a ponta do cigarro aceso. A minha intenção foi dirigir-me a eles e chamar-lhes a atenção, mas esses jovens pareciam um pouco embriagados e os empregados estavam bastante atarefados com tanta gente que estava no bar. Ainda olhei para eles, mas não ligaram e continuaram a conversar.

O mesmo acontece no cinema Udib. Muitas pessoas sentam-se nas poltronas e, enquanto vêm o filme, vão-se entretendo a rasgar, com as unhas, os estofos dos braços da cadeira. Neste momento não se encontra na Udib nenhuma cadeira em condições. Uma pessoa quer encostar os braços e tem uma sensação desagradável pois, tem que os apoiar na madeira que resta.

Nos bares da cidade de Bissau, a situação repete-se, as pessoas estragam as cadeiras, mancham as toalhas de mesa com cerveja e outras bebidas, tiram a pintura às mesas, etc.

Agora pergunto: tudo isso não nos pertence? Não foi para nós que tudo isto foi construído? Não foi para nos sentirmos bem depois das horas do trabalho que o nosso Partido e o nosso Governo, apesar de todas as dificuldades que enfrenta, em quatro anos fez isto tudo? Penso, camaradas, que devemos reflectir e ver que, em 500 anos de colonialismo nada disso nos servia. Os melhores hotéis da cidade só serviam à tropa colonial. Nós não tínhamos o direito de estar num bar ou num hotel.

Todos temos a consciência de quanto custou reconstruir o Hotel 24 de Setembro. Porque será que o nosso Estado está a pagar a construção do «Na M'tchit»? Não será para o nosso povo? Então se é para nós, temos que o conservar com todo o carinho, porque nunca vi ninguém na rua a retalhar a roupa que veste. Pois, se lhe pertence, não a vai estragar.

Deixo aqui um apelo principalmente aos jovens, para que sejam vigilantes. Para não deixar que outras pessoas, conscientes ou inconscientes nos façam voltar a viver como no tempo colonial, em que não tínhamos o direito a estar em sítios agradáveis. Penso que nós todos teremos orgulho em mostrar aos estrangeiros que frequentemente vêm visitar a Guiné-Bissau tudo o que temos de bom e belo no nosso país.

MIKA LIMA

Educação: Esforços para evitar atrasos no início das aulas

O Commissariado de Estado da Educação e a direcção do Liceu Kwame N'Krumah estão a envidar esforços para que as aulas se possam iniciar, este ano, na data prevista — 23 de Outubro.

Como se sabe, o início das aulas sofreu, no ano passado, um atraso de mais de um mês, o que se ficou a dever à tardia chegada de muitos professores cooperantes, dadas, principalmente, as dificuldades em garantir-lhes os alojamentos necessários em devido tempo.

Prevê-se que, para fazer face ao aumento da população escolar, venham este ano trabalhar no nosso ensino cerca de 130 cooperantes portugueses e 20 brasileiros, o que representa um aumento muito considerável em relação aos 80 que pres-

tavam serviço no ano transacto.

Para fazer face à maior solicitação de alojamentos, particularmente em Bissau, o Commissariado da Educação conta com um conjunto de 96 novos apartamentos, que se espera possam estar concluídos quando cheparem os novos cooperantes.

Uma outra dificuldade que vinha afectando o funcionamento do Liceu de Bissau, e com maior gravidade os seus cursos nocturnos, era a dos frequentes cortes de energia eléctrica. Este ano, prevê-se que o problema seja solucionado com a ligação alternativa da rede do Liceu a duas zonas de abastecimento de energia, pelo que os eventuais cortes — mesmo que venham a prosseguir para além do prazo previsto pela CEABIS — não afectarão

sensivelmente o funcionamento das aulas.

Brevemente, deslocar-se-á a Lisboa uma equipa do Commissariado da Educação que contactará uma editora de livros escolares, com vista à selecção e aquisição de material de estudo, cuja falta se fez sentir nos anos anteriores. Julga-se que poderão ser adquiridos alguns dos livros adoptados pelo Ministério de Educação de Angola, o que, a revelar-se possível, permitirá a sua distribuição logo no início da época escolar.

Finalmente, uma outra aspiração dos alunos do Liceu Kwame N'Krumah — a entrada em funcionamento da cantina — poderá entrar, também este ano, em fase de estudo. Não nos foi, porém, possível obter elementos que nos permitam prever a brevidade da sua concretização.

A delegação da ANP termina hoje visita oficial à URSS

A delegação da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau termina hoje a visita oficial de cerca de duas semanas à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a convite do Soviete Supremo da URSS. Durante a sua permanência naquele país, a nossa delegação visitou várias cidades históricas e teve contactos com dirigentes do Partido e do Estado soviéticos e com as realizações do seu povo.

Vasseli Kouznetsov, primeiro vice-presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCUS recebeu ontem, no

Kremlin, a delegação da Assembleia Nacional Popular, dirigida pela camarada Carmen Pereira, membro do CEL do Partido e vice-presidente da ANP.

No decorrer do encontro, Kouznetsov desejou que a cooperação frutuosa e as relações amigáveis entre a União Soviética e a República da Guiné-Bissau se desenvolvem com sucessos e se reforcem em benefício dos dois países, da causa das forças anti-imperialistas e da consolidação da paz geral.

Por seu lado, a camarada Carmen Pereira exprimiu o seu profundo reconhecimento pela possibilidade de conhecer as realizações do po-

vo soviético no domínio do desenvolvimento social e económico. Vasseli Kouznetsov frisou que a visita da delegação parlamentar da Guiné-Bissau contribuirá para o estreitamento dos laços entre os dois países.

Numa entrevista concedida ao correspondente da agência Tass, a camarada Carmen Pereira manifestou o interesse e a importância desta visita «pois tivemos a possibilidade de constatar os imensos progressos do país dos soviéticos nos mais diversos domínios, e conhecer com o povo soviético, enérgico e laborioso, que o progresso só poderá ser feito com o trabalho».

Comissário Político Nacional das FARP

No âmbito dos contactos habituais entre as Forças Armadas Revolucionárias do Povo da Guiné e de Cabo Verde, encontra-se desde sábado passado na República irmã caboverdiana o camarada Júlio de Carvalho (Julinho), membro do CSL do Partido e Comissário Político Nacional das FARP.

O PNUD suportará os encargos de professores cooperantes

O PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento vai suportar os encargos gerais com a contratação de 30 dos 130 professores estrangeiros que o Governo da República da Guiné-Bissau recrutará para o próximo ano escolar, soube-se junto da representação do PNUD no nosso país.

O montante atribuído pelo PNUD para este programa de assistência ao nosso país eleva-se a 200 mil dólares, aproximadamente 800 mil pesos guineenses, acrescidos de mais de 70 mil dólares, cerca de 280 mil pesos, concedidos pelos voluntários da Organização das Nações Unidas, para custear as despesas com a viagem dos professores.

Acrescente-se que o recrutamento dos 130 professores será feito em Portugal e no Brasil.

Responde o Povo

Tem tido dificuldades na compra do pão?

Durante aproximadamente trinta dias, as populações de Bissau e do interior do país não comeram pão. Como não havia farinha de trigo no mercado interno as padarias deixaram naturalmente de o fazer.

Entretanto, apesar das dificuldades que o nosso país está a atravessar, o nosso Governo fez todos os esforços para garantir este produto de primeira necessidade a todas as populações, mandando comprar na República irmã de Cabo Verde cem toneladas de farinha de trigo. Assim, a situação voltou a normalizar-se neste domínio, embora tenha sido necessário racionar a distribuição de farinha. Por isso, tem-se verificado nas padarias da capital, grandes bichas, se é que a aglomeração de pessoas naquelas paragens se pode chamar bichas.

Tem tido dificuldades na compra do pão? é o tema que hoje abordamos no nosso inquérito.

Francisco Gomes da Silva — «Tenho tido enormes dificuldades em adquirir o

ro com enormes bichas onde só se consegue permanecer, utilizando a violência. Entretanto, há pessoas que quando lá chegam, dirigem-se logo aos balcões e são imediatamente atendidos sem que ninguém lhes ponha impedimentos. Quando isso não acontece, mandam os sacos pelas janelas, os quais, passados uns minutos voltam cheios de pão. Ao contrário disso, a maior parte dos que se metem nas bichas umas duas horas antes da venda do pão não o consegue muitas vezes. Ou são os «consegue tudo»

que fazem com que var a maior parte do pão, ou são os «confusionistas» que fazem com que percam os seus lugares nas bichas. Aliás este último facto tem originado cenas bastante desagradáveis. Certas pessoas não respeitam as bichas, chegam depois e metem-se à frente dos que nelas estão há umas valentes horas. Isso faz sempre com que se gere confusão, e às vezes os polícias vêm-se obrigados a intervir em certas ocasiões com cassetadas. Penso que, para acabar com aquelas confusões

é preciso que cada interessado passe a respeitar as bichas e pôr, sobretudo, fim às infiltrações».

ESPECULAÇÃO POR PARTE DOS VENDEDORES AMBULANTES

Francisco Vaz — «Não há quem não saiba aqui em Bissau que a compra do pão tem constituído desde a sua falta até este momento, um problema, visto que uma pessoa é obrigada a permanecer durante muito

tempo na bicha. Além desse aspecto, tem-se verificado que vendedores ambulantes deste produto alimentar têm uma grande facilidade em o adquirir. Estes vendedores ambulantes e algumas pessoas que têm conhecidos nas padarias são muitas vezes atendidos pelas portas traseiras. Ora, este facto vem agravar o problema. Muitas pessoas ficam sem comprar o pão, enquanto que esses «djilas» andam a vendê-lo à população por um preço especulativo».

No regresso da Europa ocidental José Brito salienta Necessidades de revisão da Convenção de Lomé

«Penso que nós como os países africanos em geral, devemos rediscutir a Convenção de Lomé, à luz das experiências de cooperação tidas durante estes anos da primeira convenção e igualmente na base do princípio de uma nova ordem económica e social» declarou o Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento, camarada José Brito no regresso de uma digressão pela Europa Ocidental em que trabalhou em Bruxelas, sede da CEE, contactou organizações internacionais em Genebra e assinou um acordo de cooperação com o fundo Especial da OPEP, em Viena.

O camarada José Brito, Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento de Cabo Verde declarou que «a reunião havida em Bruxelas permitiu aos dois grupos de países apresentarem os seus pontos de vista» sobre os moldes da futura convenção entre os países de África, Caraíbas, e Pacífico e a CEE.

Continuando a falar da sua missão na Bélgica, o camarada José Brito afirmou que essa deslocação permitiu-lhe ainda contactar a Comissão da Comunidade Europeia, para tratar de problemas de cooperação com Cabo Verde, em particular questões ligadas à ratificação do acordo de adesão de Cabo Verde à Convenção de Lomé.

Abordando a cooperação

entre Cabo Verde e a Comunidade Económica Europeia, José Brito recordaria «o programa indicativo adoptado, no valor de 5 milhões de dólares».

A REUNIAO DO CES DAS NAÇÕES UNIDAS

O Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento pôde, em Genebra, tomar parte na reunião do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, na qual estava prevista a discussão de um relatório sobre Cabo Verde, apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Entretanto, segundo declarou aos órgãos de informação nacionais, o relatório, infelizmente, não teria a oportunidade de ser discutido, por razões ligadas à tradução, embora se tivesse adoptado uma resolução em que se apelou para que os países membros das Nações Unidas ajudem o país a combater a seca.

Em Genebra, onde a delegação caboverdiana teve encontros com várias organizações internacionais, por exemplo com a CNUCED, discutiram-se questões ligadas ao desenvolvimento da nossa marinha mercante e, com o Bureau Internacional do Trabalho, questões sobre o desenvolvimento do artesanato, campo em que a BIT já tem uma experiência bastante grande.

Na sua digressão pela Europa, o camarada José

Brito, que também visitou Viena, declarou que, na capital austríaca, a sua missão tinha por objectivo assinar um acordo com o Fundo Especial da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) no valor de um milhão de dólares. Trata-se do segundo empréstimo do Fundo Especial da OPEP para Cabo Verde.

O objectivo deste empréstimo relaciona-se com uma ajuda à balança comercial do jovem país.

Em Viena, o Secretário de Estado caboverdiano aproveitou para discutir com as autoridades austríacas questões relacionadas com a cooperação entre a Áustria e Cabo Verde.

«Devo dizer que temos notado da parte do governo austríaco uma grande vontade de estabelecer uma cooperação desenvolvida com Cabo Verde» declarou José Brito.

A RENOVAÇÃO DA CONVENÇÃO DE LOMÉ

Pedido para se pronunciar sobre as negociações que decorrem para a assinatura de uma nova convenção entre os países de África, Caraíbas e Pacífico e a Comunidade Económica Europeia, o camarada José Brito afirmou que as conversações que já tiveram início, debruçam-se na generalidade sobre a melhor maneira de estabelecer os princípios que deverão reger os laços económicos entre os dois grupos de países da ACP e da CEE.

«Pensamos que a Convenção de Lomé em si já foi um passo dado para a melhoria das relações entre os países em vias de desenvolvimento e os países desenvolvidos» — continuou o camarada José Brito. — «Verificamos que só agora há mais coesão entre os países em vias de desenvolvimento».

A posição defendida pelos países do grupo de ACP é que não se vai «fazer alguns arranjos à Convenção de Lomé»: Evidentemente os países da ACP estão dispostos a conservar os pontos positivos da Convenção, mas entendem discutir uma nova convenção como base mais clara de uma nova ordem económica e social, em função das diversas recomendações das Nações Unidas.

As principais questões «quentes» das conversações para assinatura de uma nova Convenção dizem respeito às cláusulas sobre as

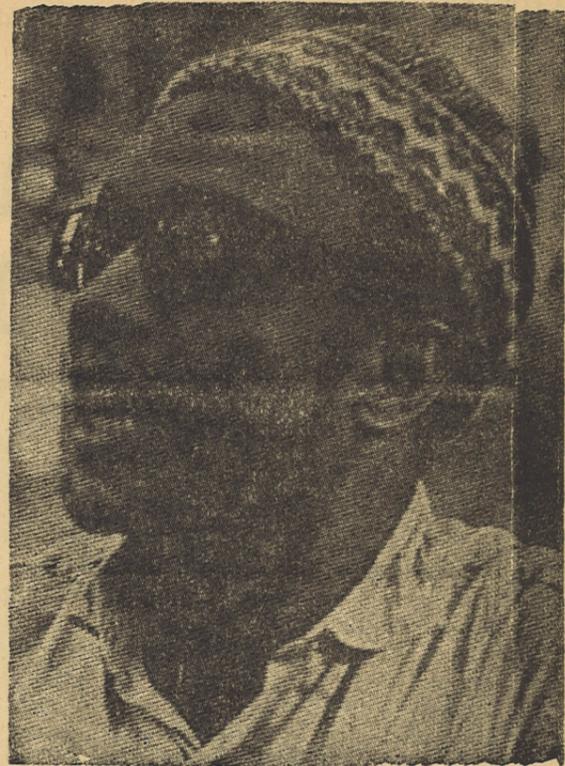
condições de entrada dos produtos ACP nos mercados da CEE, declaração de respeito pelos «direitos do homem» exigida pela CEE, algumas concessões pelos ACP no quadro do STABEX, aumento da ajuda técnica e financeira aos países da ACP pela CEE e revisão dos moldes de gestão da ajuda financeira.

A EXIGENCIA DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM PODE SER UMA BASE DE INTERVENÇÃO

Os países da África, Caraíbas e Pacífico pedem que haja o acesso livre de todos os produtos de ACP nos mercados da CEE enquanto actualmente a CEE limita essa entrada. Isso vai ser difícil de acertar, afirma-se, principalmente no respeitante aos minerais. Os países da ACP estão contra a inclusão da declaração dos Direitos do Homem, não porque não estejam dispostos a respeitá-los, mas porque consideram essa exigência incluída num acordo económico, como uma série de regalias aos ceitáveis. Até porque, estando essa declaração já assinada no âmbito da ONU, a sua interpretação unilateral poderia levar a cancelamentos de ajuda e intromissão na política interna desses países por parte de parceiros económicos, num quadro de relações que, em vez de serem de tipo novo, acentuaria os odiosos aspectos de imposição política de países fortes sobre países fracos.

O STABEX, sistema de estabilização de preços de produtos de exportação, dá uma série de regalias aos produtos dos países da CEE. Os países da ACP propõem-se exigir as mesmas garantias para todos os seus produtos elegíveis ao STABEX.

Por último os países da ACP acham que a ajuda técnica e financeira que se fornece actualmente não é suficiente e pedem um aumento considerável dessa ajuda e, pensa-se, na melhor definição das modalidades mais adequadas para a gestão dessas ajudas. Dum modo geral, os países da ACP acham que os países da CEE não permitem um desenvolvimento industrial dos países da ACP sugerem medidas para que exista uma melhor concertação de pontos de vista entre os países da Convenção de Lomé, e na generalidade entre os países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

5. PERSPECTIVAS DA LUTA

g) acelerar a formação de quadros;

h) combater e eliminar as tendências para o oportunismo, para o parasitismo, o arrivismo e o desvio da nossa acção da linha geral traçada pelo nosso Partido, ao serviço do nosso povo;

i) reforçar e desenvolver as nossas relações com os povos, os Estados e as organizações africanas, estreitar os laços fraternais que nos unem aos países vizinhos e aos povos das outras colónias portuguesas;

j) reforçar as nossas relações de colaboração sincera com as forças anti-colonialistas e anti-imperialistas para uma colaboração útil na luta comum contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo.

No âmbito das perspectivas de uma luta armada de libertação nacional, qualquer que seja a etapa da nossa evolução, nenhuma organização cometerá a imprudência de fixar previamente, uma data para a independência nacional. Estamos no entanto convencidos de ter percorrido a maior parte do longo caminho da libertação e ultrapassado as etapas mais penosas. De qualquer modo, o nosso povo e o nosso Partido reafirmam a determinação inabalável de quebrar as cadeias do colonialismo, libertar a Guiné e Cabo Verde de toda a espécie de domínio estrangeiro e construir na nossa Pátria uma vida de paz, de trabalho e de progresso.

Isto depende essencialmente de nós, dos esforços e sacrifícios a que estamos dispostos no âmbito de uma acção multiforme e necessariamente racional que tenha em conta a nossa própria experiência e a dos outros. A continuidade, o sucesso definitivo e a duração do nosso combate, não podem todavia deixar de depender numa larga medida da solidariedade concreta da África e de todas as forças anticolonialistas e anti-imperialistas para com o nosso povo.

II

1. SÍNTESE DA SITUAÇÃO

O ano de 1967 ficará na história da nossa luta como um período decisivo para a libertação do nosso povo do jugo colonial português. Com efeito, ao longo do ano, o inimigo que mobilizou e pôs em acção todas as possibilidades actuais da sua máquina de guerra, tendo em vista alterar a situação crítica enfrentada pelas suas tropas, teve de reconhecer que daqui em diante isso seria completamente impossível. Quanto a nós, pelo reforço incessante do nosso trabalho político e a acção das nossas forças armadas que mantiveram a iniciativa em todo o país, consolidámos a certeza da vitória final do nosso combate para a independência e o progresso do nosso povo.

Mindelense Campeão de Barlavento

O Mindelense sagrou-se campeão do campeonato de Barlavento, ao vencer a equipa de «Unidade e Luta», na sua própria casa, por duas bolas a zero. A primeira parte do encontro terminou com a vitória de 1-0 para os encarnados. As duas equipas alinharam com: Mindelense: Babacha; Soma, Djô Mulato, Mané Djodje e Almara; Nady; Baessa e Cadino; Gustavo;

João de Lola e Djon Polina. Suplentes utilizados: Oliveira e Canhota. «Unidade e Luta»: Djunga; Linha; Pitrol; Miguel e Rui Leite; Filú; Reis e Totono; Gil; Colito e Simião. Suplentes utilizados: Antão e Sbit.

A equipa de arbitragem era constituída por Manuel Alexandre Gomes (Capela), coadjuvado por Miranda e César.

Relações Guinco-Caboverdianas

DAKAR — O camarada Herculano Vieira, ministro dos Transportes e Comunicações da República irmã de Cabo Verde, efectuou uma visita à República da Guiné, anunciou a Rádio-Conakry, captada

em Dakar.

A rádio não deu nenhum detalhe sobre a finalidade da visita do ministro caboverdiano mas indicou que durante a sua estadia visitou vários centros industriais guineenses.

Jamahiriya Líbia DA "THAWRIA" AO PODER POPULAR NOVE ANOS DEPOIS DA REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Quanto a 1 de Setembro de 1969, a Revolução se produziu na Jamahiriya Árabe Líbia, a «geração da independência» tinha já 18 anos.

Dezoito anos de independência durante os quais, contudo, o regime Senoussi não conseguiu fazer sair o país de quatro séculos de exploração e de opressão.

Há nove anos, o povo Líbio, dirigido por um jovem oficial, até então desconhecido, Mouamar El-Khadhafi, assaltaria o poder para libertar o país e curar as feridas de quatro séculos de obscuridade e de triste dominação estrangeira.

O 1.º de Setembro de 1969 já não era mais um simples «tarik'as-Sawák's» ou seja um movimento, mas uma THAWRIA, uma acção revolucionária nacional popular que orientava todos os cidadãos contra a opressão de um regime corrompido e submetido às potências imperialistas.

Os acontecimentos do 1.º de Setembro de 1969 são para os líbios a «thawat-al-fatihmin September», que se pode traduzir literalmente como «revolução do dia em que começa Setembro». A palavra «al-fatih» (começo, início) adquiriu, com o correr dos tempos, um sentido simbólico. Naquele dia não se deu simplesmente a derrocada da monarquia: começou um novo período na história da Líbia. Este evento conduziu a importantes transformações na realidade política e sócio-económica, e abriu para o país a possibilidade de se desenvolver na via do fortalecimento da independência e do progresso.

A revolução de 1 de Setembro não foi uma casua-

lidade, mas parte das transformações que se vêm operando nas antigas colónias e países dependentes. A revolução líbia é o resultado directo do desenvolvimento da libertação nacional árabe.

O povo líbio, tão cioso da liberdade, conta com ricas tradições de luta contra o domínio colonial e a presença estrangeira e os jovens oficiais do exército que derrubaram a monarquia, em Setembro de 1969, continuaram essas tradições.

VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E ECONÓMICA

A República debateu-se desde os primeiros dias da

sua revolução com graves problemas. É fácil compreendê-lo se recordamos a herança que recebeu.

A proclamação da independência, em 1951, não modificou as posições políticas, económicas e militares do imperialismo na Líbia, que era um dos países mais pobres do mundo.

A extração do petróleo — começada em grande escala na primeira metade dos anos 60 — contribuiu para elevar consideravelmente o rendimento nacional. Mas isso não significou que o atraso sócio-económico e a miséria das grandes massas fossem superados. Por outro lado, aumentou a dependência do país face aos monopólios estrangeiros. Estes monopólios apropriavam-se



Mouamar El-Khadhafi

da maior parte dos lucros da produção petrolífera e as somas que iram parar ao Tesouro Nacional líbio utilizavam-se, em grandes quantidades, para pagar o luxo da família real e dos seus parentes.

O rápido incremento da extração do petróleo criou desproporções no desenvolvimento económico e intensificou o êxodo campesino para a cidade e para as explorações petrolíferas. Várias regiões do país experimentaram insuficiências de mão-de-obra e a produção agrícola diminuiu.

Os dirigentes da revolução do 1.º de Setembro

A amizade que se mantem

A revolução de Setembro fez surgir um importante aliado para todos os povos do Terceiro Mundo, em geral, e para os povos da África em particular: a Jamahiriya Árabe Líbia. Os movimentos de libertação nacional contaram e contam igualmente com o apoio activo do povo líbio.

Laços que se forjaram durante a nossa luta armada de libertação e que se fortalecem neste momento de Reconstrução nacional, Laços de amizade que perduram, baseados no respeito mútuo entre os nossos dois países e povos.

O encarregado de Negócios da Embaixada da Jamahiriya Líbia na Guiné-Bissau, senhor Ahmed K. Kamal, diria numa cerimónia de inauguração do Centro Cultural Árabe-Líbia em Bissau, no dia 5 de Julho passado: «É para nós uma grande felicidade abrir hoje o Centro Cultural Árabe-Líbia na Guiné-Bissau, país irmão africano que lutou heroicamente pela sua liberdade e independência sob a orientação do grande líder imortal, Amílcar Cabral, um dos dirigentes da liberdade e um dos melhores filhos de África (...), luta agora continuada pelo camarada Luiz Cabral e pelo PAIGC numa marcha militante na via da concretização das aspirações do seu povo».

Em resposta, o Comissário de Estado da Saúde e Assuntos Sociais, camarada João da Costa, resumiu também os sentimentos do Partido, do Governo e do nosso Povo para com a Revolução de Setembro, para com o seu líder e para com o seu povo: «O camarada Amílcar Cabral seguiu de perto a grande Revolução do 1.º de Setembro dirigida pelo grande líder africano, coronel Mouamar El-Khadhafi, revolução que mudou radicalmente a vida social, económica e cultural do povo líbio. A vitória de Setembro permitiu ao povo líbio estabelecer melhores relações de amizade e de cooperação com todos os povos amantes da paz e da liberdade».

proclamaram, como um dos seus principais objectivos, alcançar a verdadeira independência política e económica. Uns meses depois do derrube da monarquia, todas as bases militares estrangeiras foram evacuadas do país. O grande êxito da revolução de Setembro foi o estabelecimento do controlo nacional sobre as riquezas petrolíferas.

As transformações progressistas permitiram, ao longo dos últimos anos, a formação de um poderoso sector público, criado mediante a nacionalização de empresas privadas e a construção de novas fábricas. Para além da indústria petrolífera, o Estado controla hoje os bancos, as companhias de seguros, o comércio externo, parte considerável dos transportes, muitas companhias industriais e imobiliárias e grandes granjas. O sector público, na produção industrial, representa mais de 80 por cento.

A concentração, nas mãos do Estado, de grandes recursos permitiu investir meios substanciais no desenvolvimento sócio-económico.

Assentam-se as bases da economia planificada. Em 1975 anunciou-se o cumprimento do primeiro plano trienal (1972/73/1975). Agora, trabalha-se para se rea-

lizar o plano de desenvolvimento económico de 1976-1980, prevê investir, nos próximos anos, mais de sete milhões de dinares líbios. Os líbios salientam que, aproveitar esses meios não tropeça com bastantes dificuldades: falta de electricidade, limitação da mão-de-obra, inexistência de alguns projectos. Obstante, as autoridades consideram que o plano quinquenal permitirá dar um grande passo na criação de uma base económica moderna.

O DESERTO: TERRA QUE VIVE

Os dirigentes líbios têm uma grande ambição industrialização, concretamente, ao desenvolvimento da indústria petrolífera e da economia nacional. Devem ser promovidos, provavelmente outros projectos antes de 1980 uma metalúrgica e outra construção de tractores, máquinas testais e de agricultura e pôr em grandes planos energéticos.

Perguntar-se-ia se pode viver uma sociedade que não atinge os limites de habitabilidade de um país onde só cento da superfície

Factos e números

Há duas opiniões contrárias quanto à origem dos antigos líbios bem como sobre a denominação do país. Hérodoto, famoso historiador grego, afirma que a denominação deste país deriva do nome de uma mulher que era chefe de uma tribo e que se chamava «Loubia».

Os habitantes pertenciam a duas raças: os Loubianos, que formavam as raças da bacia do mar Mediterrâneo e os Etíopes, da raça africana.

O país conheceu várias imigrações e diversas civilizações, entre as quais se contam as helénicas as fenícias e as romanas. Viria a atingir o ponto mais alto da sua história com a chegada de grandes conquistadores no ano 22 da Hégira (era muçulmana) — ou seja em 643 da era cristã — que aí implanta-

ram a bandeira do Islão. Os mesmos conquistadores que estenderam o Império Árabe até ao sul da França.

Quando do enfraquecimento deste Império, vários pequenos Estados surgiram na Andaluzia, na África do Norte e em outros pontos, dando assim ocasião aos inimigos para atacar estes pequenos Estados um após o outro, e pôr fim à sua existência.

A Líbia e os países limítrofes conheceram, assim, as invasões espanholas e de outras potências.

O país conheceu novas invasões coloniais quando as forças italianas invadiram em 1911 e a luta continuou incerta até 1932. Dez anos mais tarde as forças italianas foram derrotadas na Segunda Guerra Mundial e tiveram que deixar a Líbia para sempre. Depois, a

Grã-Bretanha, tentou dar à Líbia uma independência fictícia e formal. Com a Revolução de 1 de Setembro de 1969, esta forma obscura de independência foi completamente destruída e o amanhecer de uma verdadeira liberdade despontou em todo o país.

Com uma superfície de cerca de 1.740.000 quilómetros quadrados, essencialmente constituída de planaltos costeiros, de estepes e de desertos, a Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista conta 2.257.000 habitantes (recenseamento de 1973). É limitada a Este pela República Árabe do Egipto e o Sudão, a Oeste pela Tunísia e a Argélia, ao Sul pelo Tchad e o Níger, ao Norte pelo Mar Mediterrâneo.

O país está dividido em três grandes regiões.

A Tripolitana, a Cirenaica e o Fezzan ou deserto, que cobre a maior porção do território. A ausência de vegetação faz com que a pluviosidade seja fraca em todos os lados: as únicas zonas que atingem ou ultrapassam os 300 mm, de precipitações anuais são a parte central da costa tripolitana e a Este de Tripoli. O clima da Jamahiriya Líbia é mediterrâneo no litoral e desértico nas regiões do Fezzan.

A Constituição promulgada a 11 de Dezembro de 1969 pelo Conselho do Comando da Revolução, fez do Islão a religião do Estado e do Árabe a sua língua oficial. A Jamahiriya edifica activamente o socialismo pela realização de uma justiça social que interdita a exploração do homem pelo homem sob todas as formas.

Inauguradas as instalações da SEP e baptizadas duas novas vedetas-patrolha

Na presença do camarada Constantino Teixeira, membro da Comissão Permanente do CEL do Partido e Comissário Principal interino, teve lugar anteontem a cerimónia da inauguração das novas instalações da Secretaria de Estado das Pescas e do baptismo de duas vedetas patrulha para a fiscalização da nossa zona pesqueira que vão ficar sob a dependência do Commissariado da Segurança Nacional e Ordem Pública, actuando em estreita colaboração com a SEP.

Estiveram presentes ao acto responsáveis do Partido e do Estado, nomeadamente o camarada Umara Djaló, vice-Presidente do Conselho de Estado e Chefe de Estado Maior das FARP, Otto Schatht, Secretário-Geral do Conselho Nacional da Guiné, Chico Bá, Responsável Nacional da Juventude Africana Amílcar Cabral, Fidélis Cabral de Almada, Comissário da Justiça, e o Secretário de Estado das Pescas, Joseph Turpin.

Na cerimónia da inauguração da sede da SEP, o camarada Joseph Turpin, no seu discurso, salientou que o sector pesqueiro é bastante complexo e requer quadros especializados que, neste momento, nos faltam.

«Felizmente, prosseguiu — a equipa de colaboradores de que a SEP dispõe, embora constituída por um número reduzido de elementos, tem trabalhado com afinco para atingir a meta desejada».

A Secretaria de Estado das Pescas foi criada em Março do ano passado, funcionando no início na Associação Comercial «com meia dúzia de móveis bastante usados». Mais tarde foi transferida para edifício onde funcionou o Commissariado Principal, passando depois para o Commissariado dos Antigos Combatentes.

Depois das obras de reparação e ampliação e das melhorias introduzidas, o edifício, agora inaugurado, dispõe das condições indispensáveis para a execução dos trabalhos deste organismo estatal.

Joseph Turpin realçou a «especial atenção dispensada ao seu departamento» pelo camarada Presidente Luiz Cabral e o encorajamento do saudoso camarada Francisco Mendes «que nos permitiu encarar o futuro com esperança e fazer mais e melhor, com vista ao desenvolvimento e progresso do nosso sector pesqueiro e, conseqüentemente da nossa economia nacional».

Referindo-se aos recursos humanos, o Secretário de Estado das Pescas afirmou que já se encontra elaborado um programa que está sendo posto em prática, de

acordo com as necessidades do sector.

Em Portugal, informou Joseph Turpin quinze jovens guineenses frequentam a Escola Profissional de Pesca, onde se preparam para iniciar a sua carreira profissional.

Anunciou por outro lado que nos primeiros dias de Setembro seguem para os Estados Unidos da América doze bolseiros que irão frequentar cursos de piloto, mecânico de frio, electricista e mestre de pesca. Para a União Soviética seguirão também bolseiros do ensino superior, médio e profissional.

LEGISLAÇÃO DAS PESCAS ATE AO FIM DESTA ANO

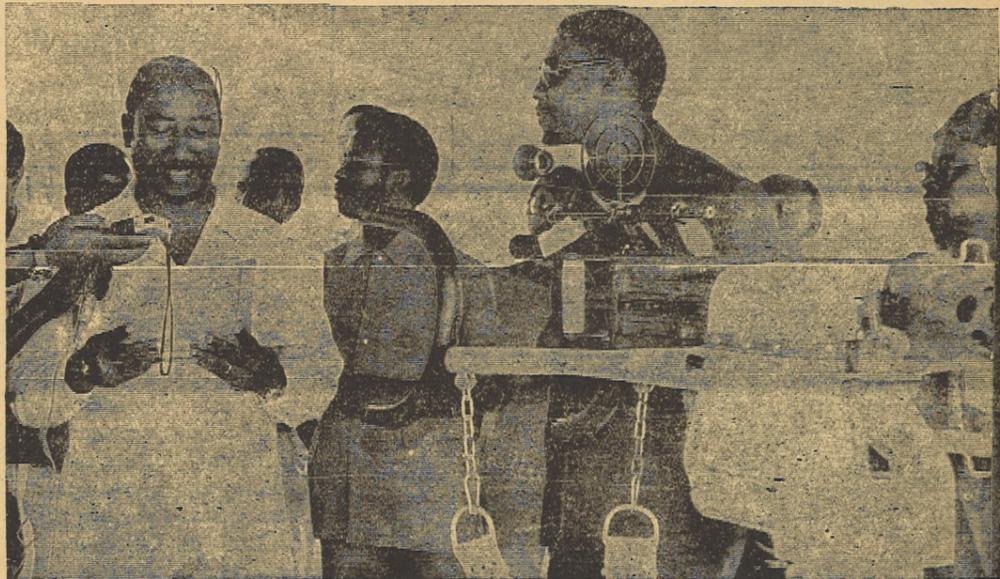
«Não temos descurado a formação do pessoal e contamos dispôr, em 1985, de quadros especializados capazes de arcar com as responsabilidades directivas do vasto e complexo sector das pescas, que será, estamos convencidos, um dos pilares de economia do nosso país», salientou o camarada Joseph Turpin.

Até ao fim deste ano, espera-se concluir a lei orgânica das pescas.

Quanto à infraestrutura em terra, em Dezembro próximo vão entrar em funcionamento as instalações frigoríficas da SEMA-PESCA e, em 1980, o nosso Governo vai dispor de um empreendimento frigorífico com a capacidade de 6 mil toneladas adquirido no quadro da cooperação com a União Soviética.

Falando da GUIALP (empresa de pesca mista guineo-argelina), que neste momento se encontra paralisada, o camarada Joseph Turpin frisou que a SEP terá brevemente um encontro com as autoridades argelinas para estudar a solução mais apropriada para pôr em funcionamento este organismo.

No respeitante à pesca artesanal, o Secretário de Estado das Pescas, frisou que o Projecto dos Bijagós, financiado pela Sida, está a dar os primeiros passos e que já se receberam motores de popa, redes, boias e outros apetrechos, que já foram distribuídos aos pes-



Joseph Turpin falando durante a cerimónia, na presença do Comissário Principal interino e outros Dirigentes

cadores daquele arquipélago.

UM DOS PILARES DA NOSSA ECONOMIA

O camarada Comissário Principal interino, no seu improvisado, após ter sublinhado os esforços dispendidos pelos camaradas da Marinha Nacional de Guerra e do camarada Pombo, piloto aviador, na defesa das nossas riquezas marítimas contra os navios estrangeiros que violam as nossas águas, afirmou que o nosso Partido e o nosso Governo vão garantir todo o apoio necessário às pescas, um dos pilares da nossa economia.

Referindo-se às duas vedetas que vão a serviço nas nossas águas, salientou o esforço dos nossos camaradas pilotos, antigos combatentes, que souberam assimilar todos os ensinamentos técnicos recebidos durante uma curta formação em França, pilotando as duas vedetas até ao nosso país.

Encorajou-os a continuarem com o mesmo espírito, com vista a dar uma melhor contribuição na defesa das nossas águas, parte importante da economia nacional.

Saliente-se que o baptismo das duas vedetas «Cabo Roxo» e «Ilhéu do Poilão», teve lugar logo após a primeira cerimónia, no cais de Pindjiguiti. A madrinha da primeira vedeta é a camarada Maria Augusta Mendes e a da segunda, a camarada Maria Luísa Santos.

Depois da cerimónia do baptismo das duas vedetas patrulha, foi proporcionado aos participantes do acto um passeio de mais de uma hora.

O Secretário de Estado das Pescas, frisou durante

a cerimónia, a bordo, que as duas vedetas permitirão uma exploração racional dos nossos recursos marítimos e o controlo das nossas fronteiras marítimas.

«Estamos convencidos de que estas duas unidades navais e o avião bimotor 337 G, recentemente adquiridos, serão os melhores instrumentos de defesa contra a pilhagem dos nossos recursos», sublinharia o camarada Joseph Turpin.

VIAGEM HISTÓRICA

As duas vedetas «Cabo Roxo» e «Ilhéu do Rei», foram construídas em França, nos Estaleiros Guy Couach, em Arcachon e vieram pelos seus próprios meios até ao nosso país, sob o comando do camarada Manuel dos Santos Cruz, acompanhado durante o percurso pelo piloto francês, Pierre Louis Germain e pelo mecânico Robert Revera.

Instado a falar sobre a organização do departamento da defesa costeira e do longo percurso França-Guiné-Bissau, o camarada Comandante Manuel dos Santos Cruz, também conhecido por Ocante, começou por afirmar que devido ao facto de se verificarem constantes violações dos nossos mares por barcos de nacionalidade estrangeira, que de algum tempo para cá pescam ilegalmente nas nossas águas, o nosso Governo tomou a iniciativa de criar o referido departamento que se ocupa da fiscalização das nossas águas.

As duas vedetas partiram da França no passado dia 3 de Agosto, tendo escalado durante a viagem, Lisboa, Madeira e Cabo Verde, para se abastecerem.

«Em Lisboa recebi a bordo do «Cabo Roxo» a visita de membros do Governo

português e de entidades militares», disse o Comandante Ocante.

«De Funchal para Cabo Verde — prosseguiu — tivemos um problema técnico. Um dos depósitos de combustível não foi aberto convenientemente. Em cinco horas após a saída perdemos cerca de dois mil litros de gasóleo. Como a margem de segurança não permitia ir directamente a Mindelo, tivemos que fazer um desvio até Ténari (Ilhas Canárias) para reabastecer. Mas, como não tinham conhecimento da nossa escala nesse porto, as autoridades locais não nos deixaram atracar. Autorizaram a nossa entrada em Las Palmas».

«Posso dizer que esta viagem foi histórica», frisou o comandante Manuel dos Santos Cruz.

Segundo este camarada durante a sua escala de três dias em S. Vicente, para descanso do pessoal, recebeu a bordo da vedeta «Cabo Roxo», a visita do Primeiro Ministro Pedro Pires e de Abílio Duarte, Ministro dos Negócios Estrangeiros, além de outros dirigentes do Governo e população caboverdiana.

CARACTERÍSTICAS DAS VEDETAS

As duas vedetas adquiridas em França têm de comprimento 19 metros, largura 5 metros e 30, deslocamento máximo 30 toneladas, capacidade de combustível, 2.850 litros, capacidade de água doce 120 litros e autonomia por 2800 milhas marítimas — velocidade de 2 nós horários — ou para 1500 milhas à velocidade de cruzeiro que é de 15 milhas por hora.

zável para a cultura sedentária.

No entanto, depois da revolução do Fateh, o deserto líbio deixou de ser um mar de areia onde não se encontrava nem água nem lugar de repouso; o deserto líbio não é mais uma terra, morta, mas um ser que vive. Grandes superfícies de areia hostis foram submetidas ao esforço humano para se tornarem uma fonte de vida. O deserto na Jamahiriya é o teatro de uma grande revolução agrária que transformou milhares de hectares de areia amarela em férteis solos agrícolas. Os empreendimentos de Kufra, Serir, da região de Jefara, do Fezzam e outros são exemplos disso.

Foram efectuados estudos, estabelecidos planos e utilizados equipamentos modernos para a pesquisa da água com vista a um desenvolvimento harmonioso. Assim, uma dezena de «Oueds» foram transformadas em vastas superfícies verdes que produzem hoje frutas, legumes, cereais. Ao mesmo tempo, o governo estimula o movimento cooperativista.

Quanto à produção pecuária, a Líbia emprega intensos esforços neste domínio e em matéria de produção do leite e da carne. 75 por cento das necessidades da população estão cobertas com a produção interna.

O DIREITO AO ENSINO E A SAÚDE

Depois da Revolução, muito se fez para melhorar as condições materiais e sociais da vida dos trabalhadores, nomeadamente a elevação do salário mínimo, a implantação da assistência médica e do Ensino gratuito, das escolas primárias às universidades. Nas regiões desérticas distantes dos grandes centros, o Estado criou escolas-caravanas destinadas a acompanhar os nómadas.

No domínio sanitário, o desenvolvimento do serviço preventivo e a eradicação das doenças epidémicas que durante longos séculos flagelaram a Jamahiriya, conseguiu tornar o povo mais sã.

Em Março de 1977, na sessão do Congresso Geral do Povo (CGP), reorganizaram-se as instituições do Estado. Dissolveu-se o Conselho do Comando Revolucionário, órgão supremo do poder desde os primeiros dias da revolução de 1969. As suas funções passaram para o CGP.



ano de implantação de estruturas

«... criar condições ideais para o desabrochar das flores, da luta, fertilizar a terra para receber a semente, cuidar com especial carinho da germinação da nova planta, talé o processo que conduz à produção dos bons frutos».

LUIZ CABRAL

A Educação pré-escolar Ensinar antes da idade escolar

Resumiremos, para terminar, este conjunto de exemplos e de críticas em três proposições didácticas. A primeira — a mais generalizada — será a de dizer que se pode e deve ensinar na idade pré-escolar, mas que ensinar não consiste em mostrar os resultados nem em estabelecer regras ou enunciados. A tarefa didáctica será organizar as actividades práticas, verbais, etc., segundo consequências, reproduções ou oposições, de maneira que a criança tenha não só de obter e observar os efeitos, mas também proceder ao inventário e à crónica, distinguir o fortuito do permanente, o específico do necessário.

Tal facto redonda em fazer descobrir os métodos mais do que os resultados, ou, por outras palavras, classificar e distinguir os efeitos não por si próprios, mas relativamente aos modos de produção que os engendram. As classes de acções materiais ou materiais far-se-á

corresponder classes de resultados.

Não há contradição entre este princípio e da actividade livremente escolhida, desde que se dê ao professor o direito não de impor as «boas tarefas», mas de variar as condições e os suportes da criança, e de incitar o indivíduo a «resumir» as observações necessárias, separando as regularidades das particularidades. A equivalência não é a semelhança.

Uma lei não é uma certificação de acontecimentos, mas uma relação das relações. Acrescentemos, aliás, que a observação, mesmo a mais modesta, não é o simples produto dum olhar mais atento; exige um método, uma interacção entre o observador e o que é observado, e uma interacção entre vários observadores. É, uma ideia feita opô-la à experimentação. É, como vimos, outra ideia feita opôr o abstracto ao concreto,

como se oporia o conceito (ou a lei) ao acontecimento (ou à anedota). Neste sentido, podemos agora riscar a ideia bem gasta, e por vezes bem confusa, de «aprender a aprender».

É aprender a seguir uma acção em realizações variadas, e a «disciplina», cuja causa gostaríamos de defender, não é mais do que estas perseguições — e dos «resumos» invocados atrás.

Uma segunda proposição refere-se ao estatuto que convém dar às «noções». Vimos que uma noção, psicologicamente falando, não tinham nem ponto de partida absoluto nem prazo definido; que as progressões cognitivas eram menos caracterizadas pela acumulação ou extensão do que pela integração de noções de nível mais elevado, onde o campo é certamente mais vasto, mas sobretudo mais ricamente articulado, em si próprio e noutros sectores. É preciso agora revocar a pseudocontradição entre a palavra e a acção...

Uma nova pedagogia do ensino do português em Cabo Verde (15)

A fase que se segue, a da fixação, compõe-se, como vimos atrás, de uma bateria de exercícios estruturais. As frases são estudadas uma por uma, de modo que os alunos descubram a estrutura a fixar. Se o professor dispuser de um flanelógrafo esta fase da lição de língua desenrolar-se-á da seguinte maneira: o professor

voltará a fazer ouvir o diálogo, fazendo repetir cada frase três vezes.

Seguidamente o professor apresentará no flanelógrafo a situação correspondente à primeira frase. Um aluno pronunciará essa primeira frase. O professor disporá sucessivamente diferentes figurinhas correspondente às palavras que vão mudan-

do. O quadro deste exercício estrutural de substituição pode ser assim representado:

te que se seguir umas às outras. Por exemplo, entre a apresentação e a exploração poder-se-á dar a lição de leitura, a qual deverá ter o mesmo nível de dificuldade que o diálogo estudado.

Carlos Pedro Francisco Jorge	Queres jogar	à bola às cartas ao berlinde ao ring	conosco comigo?	Sim, quero
---------------------------------------	--------------	---	----------------------------	------------

do. O quadro deste exercício estrutural de substituição pode ser assim representado: O exercício de fixação é muito importante. Lembremos que o exercício de exploração serve para fazer

do. O quadro deste exercício estrutural de substituição pode ser assim representado:

te que se seguir umas às outras. Por exemplo, entre a apresentação e a exploração poder-se-á dar a lição de leitura, a qual deverá ter o mesmo nível de dificuldade que o diálogo estudado.

Conheçamos melhor os nossos filhos

Para compreender e educar melhor os nossos filhos, devemos aprender a conhecê-los. Devemos saber o que necessitam em cada etapa do seu desenvolvimento. Devemos saber o que os favorece e também o que os prejudica.

Em fim, devemos fazer-nos responsáveis pela sua educação e da sua preparação como futuros membros de uma nova sociedade.

Por isso, pensamos que é útil estabelecer um diálogo com os pais e os professores, que será semanalmente a partir de hoje, e nesta página de Nô Pintcha» dedicada a educação. Propomos que este diálogo seja um intercâmbio entre as nossas sugestões e orientações e cuidados que elas despertem em pais e professores. Assim esta tarefa poderá ir-se desenvolvendo e aperfeiçoando.

Neste artigo vamos-nos a referir concretamente à primeira etapa da vida da criança compreendida entre o seu nascimento até os 7 anos, altura esta que ela deve ingressar na escola.

PORQUE ESCOLHEMOS ESTA ETAPA?

— Porque actualmente todos os estudos e investigações realizadas sobre o desenvolvimento das crianças, coincide que os primeiros anos de vida (desde o nascimento até 6 ou 7 anos) correspondem à etapa de maior desenvolvimento das suas capacidades.

— Porque é necessário que esse desenvolvimento seja estimulado e dirigido da melhor forma possível.

— Porque para que isto se cumpra, teremos que conhecer as necessidades da criança em suas distintas idades.

— Porque conhecendo melhor as crianças, poderemos cumprir melhor com a nossa tarefa de pais e educadores.

AS NECESSIDADES BÁSICAS DAS CRIANÇAS:

Chama-se necessidades básicas da criança aquelas que são fundamentais para o seu correcto desenvolvimento, tanto psíquico como físico.

As necessidades básicas mais relacionadas com o de-

envolvimento físico das crianças são: a alimentação, a eliminação (Urinar e defecar), o sono e a vida higiénica, os jogos.

A ALIMENTAÇÃO

— A Criança necessita uma alimentação variada, dosada e de acordo com a sua idade.

— Desde os primeiros meses devemos ensinar-lhes a ingerir todos os alimentos necessários e a gostar deles. Para que isto aconteça é bom apresentar-lhes alimentos novos, um de cada vez.

— Também devemos ensinar-lhes a comer com a colher, para que formem hábitos higiénicos. Reordemos que se usa as mãos para levar os alimentos à boca, corre-se o risco de ingerir, erroneamente nocivos para a saúde.

— Devemos habituar a criança desde que começa a comer sozinho a levar as mãos antes das refeições.

— É imprescindível que habituemos a criança, desde o nascimento a seguir um horário ordenado das refeições. Isto assegura um desenvolvimento sadio do seu aparelho digestivo, e contribui para ordenar a sua vida. As vezes cremos que uma criança, quando chora, é sempre porque tem fome. Isto não é bem assim, se cumprimos com rigor os horários estabelecidos para a alimentação.

É prejudicial para a saúde da criança atendê-la todos os momentos que chora dando-lhe de comer constantemente, porque assim as funções digestivas perdem o seu ritmo normal. E além disso, não averiguamos a verdadeira causa do seu choro.

— Outra condição imprescindível a ter em conta é que a criança deve estar tranquila, limpa e cómoda às horas das refeições. Se não está ou se nós, os adultos que a atendemos, estamos apressados, nervosos ou provocamos na criança desassossego e nervosismo, que causam perturbações na ingestão normal dos alimentos e também em sua digestão.

(Cont. no próximo número)

Guiné-Bissau: realizações e perspectivas do ensino

— Trabalho de alfabetização nas FARP onde, devido essencialmente às condições bastante favoráveis, se atingiram resultados excepcionais. Na area civil, a alfabetização foi feita com melhores resultados em C6, Sedengal, Tite, Armazéns do Povo e outros. Criação de hortas colectivas, com o alargamento do conceito de alfabetização e a elaboração do 1.º caderno de Educação Popular.

Experiências de alfabetização da população de tabancas em Tombali, Cacheu, Bula e Gabú, feitas por alunos voluntários que se prepararam como animadores culturais durante o ano lectivo, e que depois nas férias contribuíram no combate contra o analfabetismo.

Organização de seminários:

Seminário político para professores do ensino secundário em Dezembro de 1974.

Actividades de dinamização do desenvolvimento do trabalho político junto dos trabalhadores primários de Bissau.

Seminários periódicos com duração de um mês, para a elevação do nível de conhecimentos dos Delegados Regionais, que são antigos professores das escolas das ex-regiões libertadas.

Seminários para os Delegados de Sector.

Seminários Nacionais e Regionais para os Presidentes das Comissões de Estado.

Estágios anuais para monitores escolares.

Estágios anuais sobre a Escola Activa.

Seminário de Superação e coordenação para os directores dos estabelecimentos de ensino.

1.º Curso Intensivo de Educação Física e Desportos para Professores de Posto.

Problema do Sahara Ocidental

Existência de um plano de regulamento pacífico revelado pela "Afrique Asie"

PARIS 29 — A existência de um plano de regulamento do problema do Sahara Ocidental foi revelada pela revista «Afrique-Asie» no seu último número, que deve ser publicado na próxima segunda-feira.

Citando fontes diplomáticas fidedignas, o «Afrique-Asie» indicou que este plano prevê em primeiro lugar «a reunião numa parte da Europa» de representantes marroquinos, argelinos, mauritanianos e saharauís da Frente Polisário, «para discutirem uma saída pacífica da questão do Sahara».

«Em seguida, prosseguiu o «Afrique-Asie», as diversas partes examinaram a aplicação do seguinte processo:

— O Sahara Ocidental seria colocado sob a tutela da ONU durante alguns anos com uma administração designada pela própria organização internacional.

— No final deste período, seria organizado um referendo sob os auspícios e o controlo rigoroso das Nações Unidas, a fim de permitir ao povo saharauí decidir o seu destino conforme as resoluções internacionais.

— Seria observado um cessar-fogo em todo o território onde seriam evacuados todas as tropas estrangeiras.

COLÓNIAS MARROQUINAS NO SAHARA

Mohamed Salem Ould Salek, ministro saharauí da Informação, revelou que, segundo informações obtidas pela Frente Polisário, o Marrocos está em vias de formar, nos campos situados perto de Agadir, dezenas de milhares de marroquinos que seriam posteriormente enviados ao Sahara Ocidental para formar «colónias de povoamento falando e vestindo-se como saharauís».

Evocando a actual situação na região sahariana, Ould Salek rejeitou implicitamente a criação de um mini-Estado saharauí na região ao sul do Sahara.

«A pátria saharauí forma um todo, e nenhuma porção do nosso território

ficará em mãos estrangeiras», disse o ministro da Informação da RASD, acrescentando que «perdemos tudo, e a luta continuará enquanto fôr necessário... Hassan II deverá tirar as conclusões do que aconteceu a Ould Dadah».

O representante da Frente Polisário declarou na segunda-feira perante o Comité de Descolonização da ONU que «qualquer iniciativa destinada a encontrar uma solução para o problema do Sahara Ocidental, venha de onde vier, deve partir de uma realidade: o primeiro interlocutor é a Frente Polisário, único e legítimo representante do povo saharauí».

O exame da questão do Sahara pelo Comité de Descolonização foi objecto de uma declaração de Magid Abdullah, apoiada pelo representante de Cuba, enquanto que o representante do Congo pediu que a exposição da Frente Polisário figurasse entre os documentos oficiais do comité. Os debates sobre a questão do Sahara recomeçarão no Outono perante a Assembleia Geral.



A ONU é o quadro ideal para acabar com a guerra de genocídio contra o povo Saharouí

Revolta em várias cidades da Nicarágua

Aviação bombardeou civis

MANAGUA 30 — Aviões militares bombardearam anteontem os «focos de resistência civil na cidade de Matapalga, parcialmente ocupada pela população revoltada há dois dias contra o regime ditatorial do general Anastasio Somoza».

Desde terça-feira de manhã que se travam combates entre civis revoltados e unidades do exército em várias cidades da Nicarágua, que se encontra paralizada pela greve geral. Os combates mais violentos registaram-se em Diriama (45 quilómetros ao sul de

Manágua), opondo três unidades de revoltosos aos militares, num colégio secundário situado perto de um cemitério assim como em vários pontos da cidade.

Verificaram-se também confrontos em Jinatepe. Segundo informações provenientes de Omoto, cidade situada na fronteira com as Honduras, as manifestações contra o regime do presidente Somoza tiveram lugar nesta localidade, com a participação de guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Na segunda-feira, as autoridades nicaraguenhas anunciaram a prisão de vários membros da Guarda Nacional, acusados de conspiração contra o regime. O movimento de greve geral desencadeado pela Frente Unidade da Oposição parece alastrar-se mais. Inquietado com a rápida degradação da situação, a administração Carter enviou a Manágua Richard Feinberg, membro do bureau de planificação política do Departamento do Estado. Este avistou-se na segunda-feira com o ditador Somoza. (FP)

Questão de Mayotte

Contactos entre a França e as Comores

DAKAR 29 — Ali Mroujdae, ministro comoriano dos Negócios Estrangeiros, declarou na capital Senegalesa que o seu país tinha iniciado novos contactos com a França, a propósito de Mayote, conforme as resoluções da OUA e da ONU.

O ministro comoriano fez esta declaração à imprensa

aquando duma escala em Dakar, rumo a Buenos Aires.

O Senegal e as Comores assinaram durante o regime do novo presidente comoriano Ali Soilih, um acordo de cooperação diplomática e consular em Julho de 1975, assim como um acordo de cooperação técnica em matéria de formação.

Direitos do Mar

Protesto do "grupo de 77"

NOVA YORK, 28 — O «grupo dos 77» (países em vias de desenvolvimento) protestou vivamente contra os projectos de legislação unilateral em vias de ser submetidos à votação ou que se tencionam adoptar nos Estados Unidos e em vários países industrializados, para autorizar a exploração dos recursos dos fundos marinhos antes da conclusão de um acordo internacional a este respeito.

O presidente do grupo, Say N. Nanda (Fidji), declarou perante o «bureau» da conferência que «tais legislações unilaterais respei-

tantes aos recursos dos fundos marinhos nas zonas fora da jurisdição nacional dos Estados não teriam nenhuma validade no direito internacional, e que as actividades exercidas em virtude de tais leis não teriam nenhum estatuto legal».

Nanda argumentou que estas legislações unilaterais seriam contrárias à resolução da Assembleia Geral da ONU que recomenda um consenso sobre a exploração dos recursos dos oceanos, esperando o estabelecimento de um regime internacional dos fundos marinhos. (FP)

Moçambique e Lesoto assinaram acordos de cooperação económica

MASERU 29 — Moçambique e o Lesoto assinaram vários acordos de cooperação económica, um dos quais prevê a criação de uma nova linha aérea entre os dois países anunciado na segunda-feira o Primeiro-Ministro do Lesoto, Leabula Jonathan, no seu regresso de Moçambique, onde esteve

pela primeira vez, em visita oficial, a convite do presidente Samora Machel.

Referindo-se à África do Sul, o chefe do governo do Lesoto disse que «os novos acordos significam que as manobras imperialistas foram completamente frustradas e que o inimigo teve uma nova derrota».

Diferendo Benin-Gabão

Conferência em Conakry

DAKAR — Uma conferência de reconciliação entre o Benin e o Gabão deve estar a decorrer actualmente em Conakry, segundo anunciou a rádio Conakry, que precisou que as delegações do Benin, da Nigéria e da OUA chegaram já à capital guineense esperando-se a do Gabão «a todo o momento».

Entretanto, na segunda-feira, Peter Onu, secretário-geral adjunto da OUA, declarava em Lomé que a sua missão de conciliação entre Cotonu e Libreville estava sendo muito positiva. O essencial, disse Peter Onu, é que as duas partes, beninense e gabonesa, tenham aceiteado reunir-se.

Cooperação africana no domínio da Informação

LUSAKA 31 — Uma conferência internacional de jornalismo terminou na capital zambiana. Os seus participantes decidiram criar uma organização dos órgãos de grande informação africana (Amefo-Afri-

can, Media Foundation), com o objectivo de reforçar a cooperação, coordenar as actividades dos órgãos de informação africanos e de contribuir para o aperfeiçoamento dos jornalistas (TASS)

NIGERIA: NOVA CONSTITUIÇÃO

LAGOS 29 — Um novo passo para o estabelecimento de um regime civil na Nigéria foi dado na terça-feira com a cerimónia de apresentação da nova constituição nigeriana ao chefe de Estado, general Olusegun Obasanjo. Segundo esta constituição, que foi preparada desde Setembro de 1977 por uma assembleia constituinte, a Nigéria será governada por um presidente, um vice-presidente, governadores federais, uma Assembleia Nacional de duas câmaras e por assembleias federais. Para entrar em vigor, esta constituição deve ser promulgada pelo Conselho Militar Supremo. (FP)

MINISTRO DA DEFESA DO CONGO NA RPA

BRAZAVILLE 29 — O primeiro vice-presidente do Comité Militar do Partido, ministro da Defesa do Congo, coronel Denis Sassou Nguesso, encontra-se desde terça-feira em Luanda. Esta visita inscreve-se no quadro do reforço dos laços de amizade e de solidariedade existentes entre os povos congolês e angolano, sublinhou a rádio congolesa. O ministro angolano da Defesa, Iko Carneira esteve na semana passada em Brazaville, onde contactou as autoridades congolêsas a fim de obter precisões sobre a vasta conspiração denunciada pelo general Joachim Yhomby Opango, a 14 do corrente. (FP)

RWANDA: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

KIGALI 29 — A data da eleição do presidente da República ruandesa, por sufrágio universal e do referendo para a constituição, foi fixada para 17 de Dezembro próximo. Esta decisão foi tomada em Kigali, no final de uma reunião do Comité Central de Movimento Revolucionário Nacional para o Desenvolvimento, presidida pelo secretário-geral, Bonaventure que representava o presidente do movimento, general Juvenal Habyarimana. (FP)

KARIM GAYE DEIXOU O PAQUISTÃO

KARACHI 29 — O dr. Amadou Karim Gaye, secretário-geral da Organização dos Países Islâmicos, terminou a sua visita oficial de cinco dias ao Paquistão. Karim Gaye avistou-se com os responsáveis paquistaneses sobre as possibilidades de organizar uma conferência de peritos económicos dos 39 países muçulmanos em Karachi, no próximo mês de Dezembro, com o objectivo de criar uma câmara de comércio e de indústria unificada dos países muçulmanos. (FP)

Sede da ACIAG restituída ao Estado

(Continuação da 1.ª)

Conforme é amplamente explicado e fundamentado no decreto agora aprovado, o edifício onde se encontra instalada a sede da Associação Comercial sempre foi propriedade do Estado.

Foi construído a partir de 1955, tendo o Estado colonial subvencionado os meios financeiros necessários. Por esta razão, desde o momento da conclusão da obra em 1960, o edifício pertence ao Estado — bem como os móveis e utensílios que constituem o seu recheio, —

tendo apenas o seu uso sido facultado à ACIAG.

Foi atendendo a este facto e considerando que, no Estado independente e livre da Guiné-Bissau, à Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné «não cabe, nem pode caber qualquer função que justifique os privilégios e favores que beneficiou junto da administração colonial», que o decreto aprovado pelo Conselho dos Comissários de Estado determina que seja restituído à posse do Estado o edifício onde se encontra instalada a sede da Associação Comercial.

5 — Analisando o regime jurídico do edifício que deveria ser usufruído pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné colhe-se que o domínio directo ficou reservado para o Estado e o direito de uso — direito que consiste na facultade cedida a alguma ou algumas pessoas de se servir de certa coisa alheia, tão somente enquanto o exigirem as suas necessidades pessoais e quotidianas —, cedido à Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné.

Caracterizando melhor, dir-se-á que quando esse direito recai sobre casa de morada toma o nome de direito de habitação.

Os direitos de uso e habitação constituem-se e extinguem-se pelos mesmos modos do usufruto.

O titular do direito de uso e habitação — o usuário — não pode vender, alugar ou trespassar, por qualquer modo o seu direito.

São esses os tempos expressos do preâmbulo do DL n.º 946, de 4/1/36.

Aliás só esse regime jurídico explica que o art.º 2.º do DL n.º 946, de 4/1/36, determine a entrada imediata do edifício na posse do Estado, sem que tivesse havido previamente processo de expropriação ou a menor referência ao domínio directo.

Acresce que o art.º 3.º do DL n.º 337/B já impunha a conclusão da reserva do domínio directo para o Estado ao estipular que, se em qualquer época fosse abandonada a construção antes de concluída ou se fosse dado uso diferente do legalmente autorizado, reverteria para a posse do Estado o edifício com as benfeitorias nele existentes.

Semelhante disposição é incompatível com o regime jurídico de propriedade perfeita na qual se confundem a nua propriedade e a posse.

Atente-se, finalmente, que os textos legais só fazem referência às circunstâncias de reversão da posse para o Estado, não havendo nunca referência ao domínio directo sempre reservado ao Estado, por desnecessário.

6 — O Diploma Legislativo n.º 1513 (B.O. N.º 29 de 19/7/51) elevou para meio por cento o adicional ad-valorem criado pelo art.º 1.º do DL n.º 337/B, de 28/3/27.

7 — O adicional criado em 1927 caducaria, entretanto, em 1952, porque a cobrança apenas foi autorizada por 25 anos, prorrogáveis.

Por isso, o DL n.º 1531 de 6/3/52 (BO n.º 10 de 6/3/52) prorrogou por mais 15 anos o período de cobrança do adicional de meio por cento ad-valorem sobre os direitos de exportação atribuído à Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné e a que se referem os DLs. n.º 337/B e 1513, respectivamente, de 28/3/27 e 19/7/51.

8 — O DL n.º 1574, de 9/7/53 (BO n.º 42 de 17/10/53) autorizou troca dos talhões n.ºs 1, 2 e 3 do quarteirão XXXV da planta da cidade de Bissau, pertencente ao Estado, pelo terreno de que era proprietária a Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, que confronta pelo nordeste com o edifício em que estava instalada a Câmara Municipal de Bissau, pelo sudoeste com a antiga Avenida da República, pelo sueste com a antiga Rua Sá Carneiro e pelo noroeste com a antiga Rua Guerra Junqueiro, sem direito à indemnização de qualquer das partes.

9 — Em 1955, dá-se início à construção da actual sede, sita à então designada Praça do Império, com o seguinte regime jurídico:

- O terreno pertence em propriedade perfeita à Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné.
- Os meios financeiros são subvencionados pelo Estado e provenientes da cobrança dos adicionais a que se referem os DLs. n.º 337/B e 1513; daí o Estado ser proprietário da construção.
- O uso de edifício é cedido à Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné.

10 — Em 22 de Abril de 1960 é inaugurado o edifício onde se acha instalada a sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, tendo o Governador da época proferido um discurso que transcrevemos, na parte que interessa:

«Para que a edificação desta casa se concretizasse contribuiu o Governo da Província (colónia) facultando avultados meios financeiros

É o próprio regime colonial que, pela boca do seu maior representante na então colónia da Guiné, reconhece e declara o subvencionamento pelo Estado dos meios financeiros necessários à construção do edifício.

11 — Assim, o regime jurídico do edifício onde se acha instalada a sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné é, no momento da conclusão da obra, em 1960, o seguinte:

- O terreno pertence em propriedade perfeita à ACIAG.
- A obra nele implantada, os móveis e utensílios que constituem o seu recheio são pertenças do Estado.
- O uso do edifício é cedido à ACIAG.

12 — A Base I da Lei n.º 4/75 (B.O. n.º 19 de 10/5/75) ao integrar o solo, na totalidade do território nacional, no domínio público do Estado, tornando-o insusceptível de redução à propriedade particular, integrou conseqüentemente o terreno onde se acha implantado o edifício, sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, no domínio público do Estado.

13 — Conseqüentemente, o regime jurídico do edifício onde se encontra instalada a sede da ACIAG, após a publicação da Lei n.º 4/75, passou a ser o seguinte:

- O terreno pertence ao domínio público do Estado.
- A obra nele implantada, os móveis e utensílios que constituem o seu recheio são pertenças do Estado.
- O uso do edifício é facultado à dita Associação.

Tendo em conta o que precede e de que resulta manifesto que o regime jurídico do edifício onde se encontra instalada a sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné se caracteriza por um desdobramento da nua propriedade, que sempre pertenceu ao Estado, o do direito de uso, cedido à Associação;

Considerando que hoje, no Estado independente e livre da Guiné-Bissau, à ACIAG não cabe nem pode caber qualquer função que justifique os privilégios e favores que beneficiou junto da administração colonial;

No uso das atribuições e competência que lhe conferem os artigos 46.º e 47.º da Constituição, o Conselho dos Comissários de Estado decreta e eu promulgo o seguinte:

Art.º 1.º — É imediatamente restituído à posse do Estado o edifício onde se encontra instalada a sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, sito na Praça dos Heróis Nacionais, em Bissau, assim como as suas pertenças, móveis e utensílios que constituem o seu recheio e que hajam sido adquiridos com meios fornecidos pelo Estado.

Art.º 2.º — O usuário, Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, entregará o edifício a que se refere este diploma, devoluto, no prazo de 7 dias contados da entrada em vigor deste Decreto.

Art.º 3.º — O Comissário de Estado das Finanças nomeará uma Comissão de três membros que tomará posse do edifício mediante termo de inventário e de entrega.

Art.º 4.º — Este Decreto entra imediatamente em vigor.

Direito marítimo

(Continuação da 1.ª página)

cessos que vão destruindo o equilíbrio natural da flora e da fauna marítimas que garantem a alimentação do peixe — pode acontecemos que, num futuro próximo em que tenhamos a nossa frota pesqueira desenvolvida, encontremos nesse mesmo mar um deserto sem vida. É essa grave ameaça que constituem os barcos pesqueiros «piratas», interessados apenas em pescar o máximo de peixe num mínimo de tempo, sem se preocuparem com a destruição causada.

Embora a sua definição seja consuetudinária, a largura do nosso mar territorial passa a ser definida em lei como «medida a partir da linha de base definida pela Convenção luso-francesa de 1886» que

unc, como pontos extremos, a Sul e a Norte, o Cabo Roxo e a confluência do Rio Cajet.

O mar territorial da Guiné-Bissau estende-se, dentro das fronteiras marítimas nacionais, até 12 milhas para além da linha de base, e a zona económica exclusiva, até 200 milhas para além da mesma linha.

Uma questão que tem suscitado algumas preocupações é a da delimitação das fronteiras marítimas com o Senegal e a Guiné-Conakry. Para a resolução deste problema, a lei que vimos citando autoriza o Governo a prosseguir as negociações em curso, de acordo com as Recomendações das Nações Unidas sobre a matéria, e a tomar as medidas legislativas necessárias.

Decreto

O texto do Decreto ontem aprovado pelo Conselho dos Comissários é o seguinte:

1 — O Diploma Legislativo n.º 337/B, de 28/3/1927 (B.O. n.º 15 de 9/4/27) criou o adicional de 1/2% ad-valorem sobre a exportação pelo Porto de Bissau, a favor da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da mesma cidade — art.º 1.º —.

O adicional criado era exclusivamente aplicável às despesas de construção de um palácio comercial, em Bissau, onde se instalasse aquela Associação e à aquisição de mobiliário para seu guarnecimento — § 1.º, art.º 1.º.

O adicional foi mandado cobrar durante o prazo de 25 anos, prorrogáveis — § 3.º, art.º 1.º.

Se a construção do edifício fosse interrompida, em qualquer época, antes de concluída, ou se lhe fosse dado destino diferente do legalmente autorizado, reverteria para a posse do Estado o edifício com as benfeitorias nele existentes — art.º 3.º.

Refere-se aqui ao primeiro edifício construído e destinado à instalação da sede da ACIAG, onde hoje se acha instalado o Comissariado de Estado da Justiça.

2 — O Diploma Legislativo n.º 937 de 30/10/35 criou outro adicional de 1% ad-valorem sobre a importação pelo Porto de Bissau, destinando-se 90% do mesmo à Associação Comercial, Industrial e Agrícola da mesma cidade — art.º 1.º —. A Parte do adicional assim reservada pelo art.º 1.º do citado DL à Associação Comercial, Industrial e Agrícola era exclusivamente destinada aos fins indicados no DL n.º 337/B de 28/3/27 — art.º 4.º.

3 — O DL n.º 946, de 4/1/36, considerando que a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bissau provocou incitamento à indisciplina social, a desobediências e resistências às leis e ordens legítimas das autoridades, considerando que o sossego da colónia da Guiné não podia estar à mercê de 38 indivíduos que eram tantos os que constituíam a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bissau, mandou, pelo art.º 1.º, dissolver a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bissau e retirar a aprovação dos seus Estatutos.

O preâmbulo do DL n.º 946, de 4/1/36, na sua fundamentação, consagra nomeadamente:

«Ela (ACIAG) com o fim de angariar fundos para concluir rapidamente o edifício que deveria usufruir cujo domínio directo pertenceria ao Estado, propôs e conseguiu do Governo da colónia a criação de um adicional de 1% ad-valorem sobre a importação pelo Porto de Bissau, facto este que, apesar de onerar todo o consumidor e só beneficiar um reduzido grupo que se diz representante do comércio, agricultura e indústria, teve o benefício do governo...».

O citado DL determinou que o edifício em construção, destinado a ser usufruído pela sede daquela colectividade, entrasse imediatamente na posse do Estado, mantendo-se os adicionais constantes dos DLs. n.ºs 337/B e 937 — art.º 2.º.

4 — A 8 de Junho de 1937, o DL n.º 997 (Supl. ao B. O. n.º 23 — n.º 15) revogou o art.º 1.º do DL n.º 946, de 4/1/36, mantendo em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 1938, os DLs. n.º 337/B, de 28/3/27, e o n.º 937, de 30/10/35, este até 30/4/38, sendo a receita dele proveniente aplicada à continuação do edifício que estava sendo construído pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné.